



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE  
Direção Regional do Ambiente



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
Ciência e Cultura



Paisagem da Cultura da Vinha do Pico  
Inscrita na Lista do Património Mundial em 2004

70  
anos

C/C DROAP e DRAIC

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Santa  
Cruz da Graciosa  
Largo Vasco da Gama, 4

9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Sua referência:  
3281

Sua comunicação de:  
27 de agosto de 2014

Nossa referência:  
SAI-DRA/2014/2321  
Proc. 113.05.03/9

Data:  
10. SET 2014

**ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**

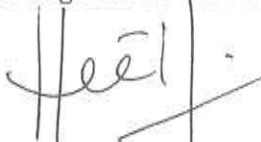
Ex. Sr.,

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, e na sequência da nova versão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa, cujas alterações decorreram do Parecer Final, emitido e assinado aquando da conferência de serviços realizada na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, a 8 de agosto do presente, somos de informar que os condicionalismos impostos pelo parecer da Direção Regional do Ambiente (anexo ao parecer final e fazendo parte integrante deste) se encontram devidamente sanados.

Com os melhores cumprimentos,

Município de Santa Cruz da Graciosa
REGISTO DE ENTRADA
Entrada Nº <u>2128</u>
Classificação <u>15.01</u>
Data <u>17/09/2014</u>
Registado por: <u>Georgina R.</u>

O Diretor Regional do Ambiente

  
Hernâni Jorge

A  
D.T.O.U.  
2014 09 17  
O Presidente da Câmara,  




## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa, Graciosa, Açores

### PARECER FINAL

(referido no nº 6 do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 35/2012/A, de 16 de agosto)

Conforme previsto no nº 6 do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 35/2012/A, de 16 de agosto e no âmbito das competências desta Direção Regional apresenta-se o seguinte:

1 - A Proposta de Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa cumpre com as normas legais e regulamentares aplicáveis à área de intervenção do mesmo;

2 - A Proposta de Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa está conforme com o estipulado no Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de Agosto, com o estipulado no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Graciosa (POOC-Graciosa), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 13/2008/A, de 25 de julho e com o estipulado no Plano Diretor Municipal de Santa Cruz da Graciosa (PDM-SCG), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 6/2007/A, de 8 de fevereiro, alterado pelo Aviso nº 28/2013, de 20 de março;

3 - A elaboração do PP da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa constitui uma orientação estratégica do Plano de Diretor Municipal de Santa Cruz da Graciosa (PDM-SCG), aprovado Decreto Regulamentar Regional nº 6/2007/A, de 8 de fevereiro, o qual de acordo com o nº 4 do artigo 7º do seu regulamento, explicita os itens a definir no PP da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa, designadamente:

- a) Índices volumétricos das edificações;
- b) Sistema de segurança;
- c) Estacionamentos e acessibilidades aos lotes;
- d) Redes de infra-estruturas;
- e) Implantações, alinhamentos, cêrceas e cotas de soleira;
- f) Faixas de verdes e arborizadas de proteção;
- g) Medidas de minimização dos impactes.

A deliberação da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa (CMSCG) de 13 de Junho de 2013 determinou a elaboração do PP da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa e aprovou os respetivos termos de referência que constituem o seu quadro orientador.



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa, Graciosa, Açores

Assim, o Parecer Final que expressa a orientação defendida para o Plano de Pormenor é o seguinte:

Os elementos que compõem o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa foram analisados e discutidos na conferência de serviços no dia 08 de agosto de 2014, na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa em presença de todas as entidades representativas dos interesses a ponderar<sup>1</sup>.

Assim, emite-se parecer positivo à proposta de plano apresentada, condicionando, no entanto, à necessidade de serem alterados e corrigidos, antes de os colocar em Discussão Pública, os documentos que constituem e acompanham o plano, atendendo às conclusões decorrentes da conferência de serviços e aos pareceres previamente emitidos pelos seus representantes, cujas cópias se anexam ao presente Parecer Final fazendo dele parte integrante.

O presente parecer está redigido e assinado em 2 páginas (sem incluir anexos).

Santa Cruz da Graciosa, 08 de agosto de 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa




Manuel Avelar Cunha Santos

A Representante da Direção Regional do Ambiente



Isabel Castanho

A Representante da Direção Regional de Organização e Administração Pública



Mariana Braz

<sup>1</sup> Foi comunicado pela Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), entidade consultada, que não tinham quaisquer objeções à versão de proposta de plano apresentado e que não poderiam estar presentes na referida reunião – Em anexo o ofício enviado.

Entrada Nº 2147

Classificação: 20.02

Data 19/09/2014

Registado por: Georgina R.  
c/cREGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração PúblicaDROAP  
2014/09/19  
sic. nte da Câmara,  

Exmos. Senhores

- Diretor Regional do Ambiente
- Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Santa  
Cruz da Graciosa  
Largo Vasco da Gama  
9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Sua Referência

Email

(timoteomartins@arquianga.pt)

Sua Comunicação

08-09-2014

Nossa Referência

SAI-DROAP/2014/631  
Procº 138-13/03

Data

2014/09/16

**ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA (PPZISCG)**

Em relação ao Plano mencionado na epígrafe, com cujos propósitos manifesto novamente a minha concordância, remeto a V. Ex.ª o parecer desta direção regional sobre os documentos recebidos da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, em 8 de setembro do corrente ano, adiante transcrito.

**1. APRECIACÃO GERAL**

A versão do plano em análise resulta das conclusões obtidas na conferência de serviços, realizada no dia 8 de agosto do corrente ano, bem como das alterações e sugestões apresentadas no âmbito dos pareceres emitidos pelas entidades convocadas para a citada conferência de serviços.

Verifica-se que foram corrigidas praticamente todas as questões apontadas no parecer emitido por este serviço à versão anterior do Plano, nomeadamente a apresentação do desenho urbano detalhado das parcelas de propriedade privada, a correção do polígono de implantação dos lotes abrangidos pelas servidões legais impostas pela estrada regional e caminho municipal, a definição dos parâmetros de dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva propostos e a identificação na Planta de Implantação (PI) das parcelas de cedências para espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva resultantes da constituição dos novos lotes. Ficaram apenas por cumprir as questões relacionadas com as seguintes matérias:





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

- Identificação da informação sobre a cartografia nas peças desenhadas<sup>1</sup>;
- Representação na PC da servidão legal aplicável ao leito e margem dos cursos de água, bem a identificação da trama “Linha Telecomunicações” como elemento informativo nessa planta.
- Desarticulação ao nível da PI e sua respetiva legenda.
- Pequenas incongruências entre as peças que compõem o Plano.

Em relação ao conteúdo documental verifica-se que esta fase contempla todos os documentos previstos no n.º 2 do artigo 114.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial para os Açores (RJIGT-A)<sup>2</sup>.

Nesta fase foram ainda detetadas algumas incorreções e lacunas que necessitam de serem corrigidas, as quais de forma sucinta incidem nas seguintes questões:

- Definição do regime aplicável às duas parcelas de uso agrícola definidas na PI.
- Atualização da planta de zonamento.
- Representação diferenciada das cedências de parcelas para a implantação de infraestruturas/equipamentos de utilização coletiva/espços verdes.
- Definição de parâmetros urbanísticos para as edificações a construir (índice volumétrico, cota de soleira e n.º de pisos).

Novamente se alerta que foram detetadas várias gralhas nas peças escritas, pelo que se recomenda a sua revisão ao nível da redação.

## 2. PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

### 2.1. CONTEÚDO MATERIAL

Quanto aos requisitos materiais previstos no artigo 113.º do RJIGT-A, nesta fase, apenas se encontra em falta o estabelecimento do número de pisos das edificações a construir.

<sup>1</sup> Esta observação, provavelmente, apenas será incorporada no Plano após a conclusão do processo de homologação da cartografia, o qual já foi iniciado pela edilidade.

<sup>2</sup> Estabelecido através do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

## 2.2. CONTEÚDO DOCUMENTAL

### 2.2.1. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O PLANO:

#### 2.2.1.1. Regulamento

De modo a melhorar a articulação entre as peças que constituem o Plano entende-se que o regulamento deve identificar o regime legal aplicável aos espaços agrícolas identificados na PI. Propõe-se ainda que esse regime adote as normas estabelecidas para os espaços agrícolas não incluídos na Reserva Agrícola Regional, definidos no Plano Diretor Municipal de Santa Cruz da Graciosa (PDMSCG).

##### 2.2.1.1.1. CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

###### Artigo 3.º - Composição

Na alínea w) do n.º 2 foi detetada uma gralha, onde se lê “Declaração da Camara Municipal comprovativa da inexistência dos referidos comprovativos urbanísticos na área de intervenção do plano” deve ler-se “Declaração da Câmara Municipal comprovativa da inexistência de compromissos urbanísticos na área de intervenção do plano”.

Tendo por base a alínea b) do n.º 3 do artigo 114.º do RJGT-A, a denominação da alínea y) deve ser alterada para “Quadro com a identificação dos prédios, natureza, descrição predial, inscrição matricial, áreas e confrontações”.

Neste normativo também deve ser identificado o seguinte elemento que acompanha o Plano: Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação<sup>3</sup>.

##### 2.2.1.1.2. CAPÍTULO III – REGIME DO USO DO SOLO

###### 2.2.1.1.2.1. Artigo 12.º - Lote Industrial Existente

Na alínea a) é referido que “(...) a edificação nos lotes destinados a equipamentos de utilização coletiva obedece cumulativamente aos parâmetros definidos no anexo I do presente

<sup>3</sup> Este elemento, previsto na alínea i) do n.º 2 do artigo 114.º do RJGT-A, é elaborado após ter decorrido o período de discussão pública.







REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

regulamento.”. A redação deste normativo deve ser corrigida, uma vez que o seu conteúdo não se coaduna com a sua epígrafe (lote industrial existente).

Assim, propõe-se a seguinte redação para o citado normativo: “a) A edificação no lote industrial existente obedece aos parâmetros definidos no anexo I do presente regulamento.”

2.2.1.1.2.2. Artigo 16.º - Equipamentos de Utilização Coletiva

O n.º 2 estabelece que é “(...) possível substituir os lotes destinados para equipamentos de utilização coletiva, desde que seja garantida a mesma área de ocupação do lote.”. Este normativo apresenta-se confuso, pois não explicita qual o uso alternativo para esses lotes. Como tal, deve ser revisto e clarificado.

Acrescenta-se ainda que nas situações em que o uso atribuído às citadas parcelas seja substituído por outro uso (comércio, serviços e industrial) o Plano deve assegurar que não haverá diminuição da área total destinada a equipamentos de utilização coletiva.

As alíneas do n.º 1 devem ser renumeradas.

2.2.1.1.3. ANEXO I – PARÂMETROS DE EDIFICABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES A CONSTRUIR

Uma vez que o regulamento do PDMSCG estabelece através do artigo 9.º, n.ºs 6 e 7, o regime legal aplicável aos espaços agrícolas não incluídos na Reserva Agrícola Regional, nomeadamente ao nível dos parâmetros urbanísticos aplicáveis às construções de apoio à atividade agrícola e às edificações para habitação, considera-se dispensável o estabelecimento de parâmetros urbanísticos para as parcelas afetas ao uso agrícola no anexo I.

Neste quadro também deve ser estabelecido o índice volumétrico das edificações e a cota de soleira, conforme previsto no n.º 4 do artigo 7.º do regulamento do PDMSCG, em vigor.

Note-se que a anterior versão do Plano estabelecia os parâmetros urbanísticos acima referenciados.

O anexo I deve também definir o n.º de pisos admitido para as novas edificações<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Alínea d) do n.º 1 do artigo 113.º do RJGT-A.



A designação “Cércea” deve ser substituída por “Altura da Fachada”, de acordo com o artigo 5.º do RJGT-A.

#### 2.2.1.2. Planta de Condicionantes (PC)

A trama “Linha Telecomunicações” não constitui uma condicionante legal, contudo pode ser identificada na PC como elemento informativo.

Atendendo à escala (1:1000) em que foi elaborada a PC recomenda-se que seja representada em planta a servidão legal aplicável ao leito e margem dos cursos de água.

#### 2.2.1.3. Planta de Implantação

A designação dos lotes 1 e 2, classificados como rústicos na PI<sup>5</sup>, deve ser alterada para parcela, uma vez que um lote constitui um prédio destinado à edificação, constituído ao abrigo de uma operação de loteamento ou de um plano de pormenor com efeitos registais<sup>6</sup>. O mesmo se aplica ao anexo I do regulamento.

Além disso, as citadas parcelas 1 e 2 devem ser representadas na PI por uma trama com a designação de espaço agrícola<sup>7</sup>, visto ser esta a denominação adotada, ao nível da qualificação do solo, pelo RJGT-A.

A PI apresenta ainda alguma desarticulação relativamente à representação e identificação das tramas. Nesta planta foram detetadas as seguintes incorreções/gralhas:

- A trama “Circulação Pedonal Pública” deve ser eliminada da legenda, visto não ter representação na PI.
- A trama “Acesso Viário aos Lotes” deve ser representada em planta, tal como constava da versão anterior da PI.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Esta alteração do uso encontra-se de acordo com o explanado na Ata da conferência de serviços, realizada a 8 de agosto,

<sup>6</sup> De acordo com a ficha n.º 41 – Lote do Anexo I (conceitos técnicos do ordenamento do território e urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial) do RJGT-A.

<sup>7</sup> De acordo com

<sup>8</sup> Na atual versão do PPZISCG, esta trama apenas possui representatividade para o lote 4.







REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

- Para os lotes 5, 6 e 7, destinados à edificação de equipamentos de utilização coletiva, deve ser substituída a trama "Alinhamento de Fachada para Lotes Industriais" pela trama "Alinhamento da Fachada para Lotes destinados a Comércio/Serviços/Equipamentos".
- A trama "POLÍGONO DE IMPLANTAÇÃO NOS LOTES INDUSTRIAIS" deve ser alterada, devendo apenas identificar o polígono de implantação das edificações a construir e não a área do lote. Nessa sequência propõe-se a trama abaixo representada.



Figura 1 – trama proposta

- A trama abaixo indicada não se encontra legendada. Este lapso deve ser corrigido.

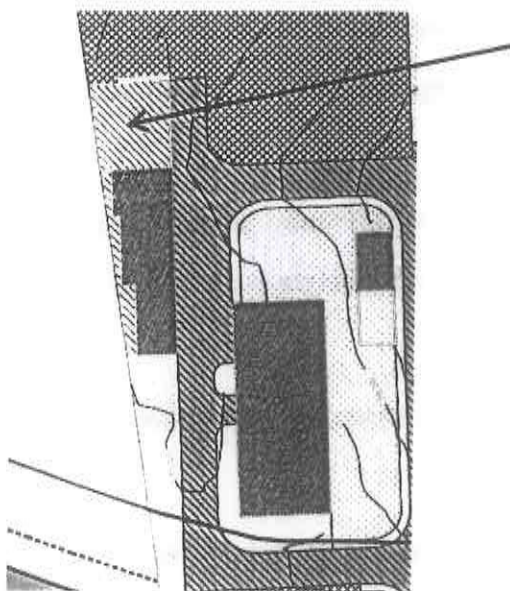


Figura 2 – Extrato da PI - agosto 2014



## **2.2.2. ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO**

### **2.2.2.1. ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO**

#### **2.2.2.1.1. Cadastro**

A identificação das parcelas na figura 2.4 “Cadastro existente” não se apresenta perceptível. Este lapso deve ser corrigido, de modo a melhorar a correspondência entre a figura 2.4 e o quadro 1. “Cadastro existente”.

No “quadro 1 – Cadastro existente” também deve ser identificada a natureza dos prédios, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do RJGT-A.

#### **2.2.2.1.2. INFRAESTRUTURAS - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O desenho urbano de base da figura 2.10. “Abastecimento de água situação existente” deve ser atualizado, de acordo com a atual versão da PI.

### **2.2.2.2. OPERAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA E PLANO DE FINANCIAMENTO**

#### **2.2.2.2.1. Operações de Transformação Fundiária**

No quinto parágrafo, página 2, é referido que os “(...) lotes existentes LE 02 e LE03 serão emparcelado dando origem a um único lote.”. Esta afirmação deve ser corrigida, uma vez que uma parte da parcela LE02 foi classificada com o uso agrícola, e a restante área juntamente com a parcela LE03 foi objeto de emparcelamento, dando origem ao lote 3, de acordo com a Planta n.º 9.

Alguns dos valores identificados na coluna “área do lote proposta (m<sup>2</sup>)” do quadro 1.1., página 3, apresentam divergências relativamente aos definidos no Anexo I do regulamento e na PI. Esta desarticulação deve ser corrigida. O mesmo se aplica ao quadro identificado na Planta n.º 9.

#### **2.2.2.2.2. Programa de Execução e Plano de Financiamento**

A atual versão do Plano define novas áreas afetas a espaços verdes, contudo esse dado não se encontra refletido no quadro do valor do investimento previsto para a área de intervenção.



### **2.2.2.3. Planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal de Santa Cruz da Graciosa**

No título da Planta n.º 6 foi detetado um lapso, onde se lê “PLANTA DE CONDICIONANTES DO PDM DA GRACIOSA” deve ler-se “EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PDM DA GRACIOSA”.

### **2.2.2.4. Planta de Transformação Fundiária e Cedências (n.º 9)**

2.2.2.4.1. O título da planta n.º 9 não se coaduna com o seu conteúdo, uma vez que as cedências de parcelas para o domínio público municipal não são representadas nesta planta, tal como constava da versão anterior.

Assim, tendo por base a alínea e) do n.º 3 do artigo 114.º do RJGT-A alerta-se que a planta n.º 9 deve definir as cedências de parcelas para a implantação de infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes.

Note-se que o quadro apresentado nessa planta identifica o total das áreas de cedência. Propõe-se novamente que esse quadro indique separadamente os valores estabelecidos para as cedências efetuadas no âmbito do Plano (infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes).

Questiona-se novamente como foram obtidos os valores constantes na coluna “área de emparcelamento (m<sup>2</sup>)” do quadro da Planta n.º 9, pois na área de intervenção, à exceção dos prédios E.2 e E.3, todas as áreas foram sujeitas a operações de reparcelamento, conforme se pode visualizar nessa planta. Acrescenta-se que se considera esta coluna dispensável, pelo que recomenda-se a sua eliminação.

### **2.2.2.5. Planta de Zonamento (n.º 10)**

Atendendo que a atual versão do Plano identifica duas parcelas classificadas com o uso agrícola, o zonamento definido na planta n.º 10 deve ser atualizado.



### 3. CARTOGRAFIA

De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio<sup>9</sup>, na elaboração dos instrumentos de gestão territorial deve ser utilizada a seguinte cartografia: cartografia topográfica<sup>10</sup>, cartografia temática de base topográfica<sup>11</sup> ou hidrográfica oficial<sup>12</sup>, e cartografia homologada, nos termos da legislação em vigor, nas suas versões mais atualizadas.

Nesta sequência, alerta-se novamente que as plantas que constituem as peças desenhadas do PPZISCG devem identificar os seguintes elementos:

- quadrícula das coordenadas cartográficas<sup>13</sup>;
- na legenda das plantas
  - . identificação da entidade proprietária da cartografia;
  - . identificação da entidade produtora e data de edição;
  - . série cartográfica oficial a que pertence, se aplicável;
  - . data e número de homologação e entidade responsável pela homologação;
  - . sistema de referência, datum e projeção cartográfica;
  - . exatidão posicional e temática.<sup>14</sup>

<sup>9</sup> Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.

<sup>10</sup> Constitui a cartografia de finalidade múltipla representando, na forma analógica ou digital, os acidentes naturais e artificiais, de acordo com a escala de representação (alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de Maio, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho).

<sup>11</sup> Constitui a cartografia de finalidade singular, representando fenómenos localizáveis de qualquer natureza, quantitativos ou qualitativos, sobre uma base topográfica mais ou menos simplificada (alínea b) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de Maio).

<sup>12</sup> Constitui a cartografia que tem como objeto a representação gráfica da morfologia e da natureza do fundo das zonas imersas e da região emersa adjacente (alínea c) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de Maio).

<sup>13</sup> Alínea b) do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009.

<sup>14</sup> N.º 6 do artigo 6.º e artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

#### 4. ENQUADRAMENTO NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Sobre o enquadramento das propostas em relação ao PDMSCG, publicado através do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2007/A, de 8 de fevereiro<sup>15</sup>, este será alterado pelo PPZISCG, ao nível da classificação do solo, mais concretamente, numa pequena faixa de terreno a nordeste da zona de intervenção (passagem de solo agrícola para solo industrial) e em duas parcelas junto ao nó viário da estrada regional e do caminho municipal (passagem de solo industrial para solo agrícola).

Nesta sequência informa-se que ao abrigo do atual RJGT-A (n.º 1 do artigo 93.º), os PP são aprovados pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

Alerta-se que deve a deliberação municipal que aprova o plano indicar expressamente as normas dos instrumentos de gestão territorial preexistentes, no caso o PDMSCG, revogadas ou alteradas (n.º 3 do artigo 30.º do RJGT-A).

#### 5. CONCLUSÃO

A formalização do plano de pormenor em análise apresenta-se bastante satisfatória, tanto ao nível do conteúdo material como documental.

Tal como referido anteriormente, a atual versão do Plano cumpre praticamente na íntegra as questões constantes do parecer emitido por este serviço à fase anterior do Plano.

Contudo, nesta fase continuam ainda a subsistir algumas incorreções/ lacunas/falhas que necessitam de ser corrigidas, das quais se destacam as seguintes observações:

1. Identificação da informação sobre a cartografia nas peças desenhadas<sup>16</sup>.
2. Estabelecimento do regime aplicável às duas parcelas classificadas na versão atual do Plano como espaços agrícolas.
3. Definição do n.º de pisos e índice volumétrico para as novas construções.

<sup>15</sup> Alterado através do Aviso n.º 28/2013, de 20 de março.

<sup>16</sup> De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4. Representação na PC da servidão legal aplicável ao leito e margem dos cursos de água, e identificação da trama "Linha Telecomunicações" como elemento informativo nessa planta.
5. Atualização da planta de zonamento, em função da nova classificação (uso agrícola) atribuída a duas parcelas da área de intervenção.
6. Representação diferenciada das cedências de parcelas para a implantação de infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes na Planta n.º 9.
7. Desarticulação ao nível da PI e a sua respetiva legenda.

São novamente apresentadas algumas recomendações, no sentido de melhorar a objetividade das normas do regulamento, a legibilidade das plantas e a correspondência entre elementos.

Assim, sobre o Plano Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa emite-se, por parte deste serviço, parecer favorável, desde que venha a ser atendido o disposto no presente documento.

Acrescenta-se ainda que as observações explanadas neste documento sejam corrigidas antes de o plano ser submetido ao período de discussão pública<sup>17</sup>.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

<sup>17</sup> Previsto no n.º 3 do artigo 92.º do RJGT-A.